

# AVALIAÇÃO SIMULADA

**2025**  
**1º Semestre**

Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui  
Rua Antônio Simões, 04 - Birigui / SP  
18 3649-2200  
[www.fateb.br](http://www.fateb.br)



Curso  BACHAREL EM DIREITO	Turma/Semestre  <b>1º semestre</b>	Data  16/06/2025
<b>Nome do aluno</b>	R.A.	<b>Nota da Avaliação</b>
<b>Orientações</b>  - A avaliação é individual - Cada questão contém apenas uma alternativa correta - Não é permitida nenhuma consulta - As respostas devem ser anotadas no cartão de respostas com caneta azul ou preta; - Ao final da avaliação o aluno deverá entregar o gabarito devidamente preenchido juntamente com a folha de questões - Não é permitido sair do local da prova antes de decorrer 90 minutos do seu início		<b>AVALIAÇÃO MULTIDISCIPLINAR (SIMULADO)</b>

Disciplina	<b>Introdução ao Estudo do Direito</b>
Professor	<b>Valério Catarin de Almeida</b>

<b>Gabarito de respostas</b>				
Questão	A	B	C	D
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				

---

**Assinatura do(a) acadêmico(a)**

**I - Acerca da teoria juspositivista do Direito, marque a alternativa correta:**

- A) O juspositivismo defende que o Direito é um conjunto de normas naturais, superiores às normas postas pelo Estado.
- B) Para o juspositivismo, a validade da norma jurídica depende de sua conformidade com princípios morais universais.
- C) O juspositivismo considera o Direito como um fenômeno meramente sociológico, desprovido de qualquer normatividade.
- D) O juspositivismo entende o Direito como um sistema de normas postas pelo poder competente, independentemente de seu conteúdo moral.

**II - Acerca do jusnaturalismo, marque a alternativa correta:**

- A) O jusnaturalismo entende o Direito como um fenômeno exclusivamente positivo, criado e imposto pelo Estado.
- B) Para o jusnaturalismo, o Direito não deve se preocupar com valores morais, pois sua validade decorre apenas da autoridade que o cria.
- C) O jusnaturalismo defende que existe um Direito natural, anterior e superior ao Direito positivo, baseado na razão ou na natureza humana.
- D) O jusnaturalismo surgiu no século XX como resposta à teoria pura do Direito de Hans Kelsen.

**III - O direito subjetivo pode ser corretamente definido como:**

- A) O conjunto de normas jurídicas aplicáveis a todos os cidadãos de um Estado.
- B) A função legislativa do Estado na criação de normas de conduta.
- C) A obrigação imposta ao indivíduo de cumprir as normas estabelecidas pelo ordenamento jurídico.
- D) O conjunto de princípios morais que orientam a conduta individual e coletiva.

**IV - Acerca das fontes do Direito, é correto afirmar que a fonte material corresponde:**

- A) Aos atos do Poder Legislativo que resultam na criação de normas jurídicas.
- B) À forma como as normas jurídicas são expressas no ordenamento, como leis, decretos e sentenças.
- C) Aos fatores sociais, econômicos, culturais e políticos que dão origem ao conteúdo das normas jurídicas.
- D) À interpretação doutrinária que influencia a aplicação das normas pelos tribunais.

**V - No que se refere às fontes formais estatais do Direito, assinale a alternativa incorreta:**

- A) A Constituição, é considerada uma fonte formal estatal do Direito.

- B) As leis ordinárias, editadas pelo Poder Legislativo segundo o devido processo legislativo, são fontes formais estatais do Direito.
- C) Os costumes jurídicos são fontes formais estatais do Direito, pois decorrem da prática reiterada da sociedade, independentemente da atuação do Estado.
- D) As decisões proferidas pelos tribunais superiores em sede de controle concentrado de constitucionalidade constituem fontes formais estatais com força vinculante.

**VI - Sobre a doutrina como fonte formal não estatal do Direito, assinale a alternativa correta:**

- A) A doutrina, como fonte formal não estatal, exerce relevante influência na interpretação e sistematização do Direito, servindo de base para decisões judiciais e elaboração legislativa.
- B) A doutrina possui força vinculante e obrigatória, devendo ser seguida por todos os tribunais em suas decisões.
- C) A doutrina é composta exclusivamente por atos normativos expedidos pelo Poder Legislativo e sancionados pelo chefe do Poder Executivo.
- D) A doutrina não é considerada fonte do Direito, pois não tem origem na vontade popular ou na prática reiterada.

**VII - Sobre a analogia como forma de integração do ordenamento jurídico, assinale a alternativa incorreta:**

- A) A analogia é utilizada quando não há norma legal aplicável ao caso concreto, permitindo ao intérprete aplicar norma semelhante.
- B) A analogia é uma forma de interpretação extensiva que amplia o alcance da norma existente para casos já previstos pela lei.
- C) A analogia é admitida pelo ordenamento jurídico brasileiro como técnica de integração normativa nos casos de lacuna.
- D) A aplicação da analogia exige semelhança entre o caso concreto e aquele regulado pela norma utilizada como base.

**VIII - No âmbito das fontes formais não estatais do Direito, os costumes jurídicos desempenham papel relevante. Assinale a alternativa correta a respeito dessa fonte:**

- A) Os costumes possuem força normativa apenas quando expressamente previstos em lei.
- B) Os costumes jurídicos são criados exclusivamente por órgãos legislativos.
- C) Os costumes só podem ser considerados fontes do direito nos sistemas jurídicos consuetudinários, não tendo validade no sistema brasileiro.
- D) Os costumes se caracterizam pela prática reiterada de determinada conduta acompanhada da convicção de sua obrigatoriedade.

**IX - A respeito das fontes do Direito, assinale a alternativa incorreta:**

- A) A lei é considerada uma fonte formal estatal do Direito, por emanar de autoridade competente e possuir caráter obrigatório.
- B) A doutrina é uma fonte formal não estatal do Direito, por influenciar a interpretação e aplicação das normas jurídicas.
- C) Os costumes jurídicos são fontes formais do Direito, ainda que não estejam positivados em norma escrita.
- D) As fontes do Direito se restringem exclusivamente à legislação editada pelo Poder Legislativo.

**X - Nos termos do artigo 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com os seguintes critérios. Assinale a alternativa incorreta:**

- A) Os princípios gerais de direito são uma das fontes a serem utilizadas na ausência de norma específica.
- B) A analogia pode ser utilizada para suprir lacuna normativa existente.
- C) O juiz deve se abster de decidir quando não houver norma legal expressa que regule a matéria.
- D) Os costumes são admitidos como critério subsidiário para a solução de lacunas legais.



Curso  BACHAREL EM DIREITO	Turma/Semestre  <b>1º semestre</b>	Data  <b>16/06/2025</b>
<b>Nome do aluno</b>	R.A.	<b>Nota da Avaliação</b>
<b>Orientações</b>  - A avaliação é individual - Cada questão contém apenas uma alternativa correta - Não é permitida nenhuma consulta - As respostas devem ser anotadas no cartão de respostas com caneta azul ou preta; - Ao final da avaliação o aluno deverá entregar o gabarito devidamente preenchido juntamente com a folha de questões - Não é permitido sair do local da prova antes de decorrer 90 minutos do seu início		<b>AVALIAÇÃO MULTIDISCIPLINAR (SIMULADO)</b>

Disciplina	<b>Direito Civil I</b>
Professor	<b>Emerson Clairton</b>

<b><u>Gabarito de respostas</u></b>				
Questão	A	B	C	D
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				

---

**Assinatura do(a) acadêmico(a)**

**1. O início da personalidade civil e a extensão de sua tutela aos natimortos é matéria controversa amplamente discutida na doutrina e jurisprudência. Todavia, de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro codificado, é correto afirmar que:**

Alternativas

- A) A personalidade jurídica se inicia com a concepção.
- B) Desde a concepção são postos a salvo os direitos do nascituro.
- C) Ao natimorto é indeferida tutela aos direitos da personalidade.
- D) Às questões emergentes da reprodutividade humana se aplica regramento disposto no código civil a respeito do início da personalidade.

**2. Aos 15 anos de idade, Valentina é uma jovem de enorme sucesso na Internet. Suas redes sociais reúnem milhões de seguidores e têm garantido um faturamento mensal médio de R\$ 100.000,00, suficientes para garantir a ela e aos seus pais uma vida de luxo. Recentemente, Valentina foi procurada por um fabricante de cosméticos que pretendia contratá-la para uma campanha publicitária.**

De acordo com o direito civil brasileiro, é correto afirmar que, para celebrar este contrato validamente, Valentina:

- A) precisa ser representada por seus pais, porque é absolutamente incapaz; não precisa da representação de seus pais, porque tem economia própria;
- B) precisa da anuênciia de seus pais, porque está investida de poderes de representação;
- C) não precisa ser representada por seus pais, porque é pessoa pródiga;

**3. João Marcos, renomado escritor, adota, em suas publicações literárias, o pseudônimo Hilton Carrillo, pelo qual é nacionalmente conhecido. Vítor, editor da Revista “Z”, empregou o pseudônimo Hilton Carrillo em vários artigos publicados nesse periódico, de sorte a expô-lo ao ridículo e ao desprezo público.**

**Em face dessas considerações, assinale a afirmativa correta.**

- A) A legislação civil, com o intuito de evitar o anonimato, não protege o pseudônimo e, em razão disso, não há de se cogitar em ofensa a direito da personalidade, no caso em exame.
- B) A Revista “Z” pode utilizar o referido pseudônimo em uma propaganda comercial, associado a um pequeno trecho da obra do referido escritor sem expô-lo ao ridículo ou ao desprezo público, independente da sua autorização.
- C) O uso indevido do pseudônimo sujeita quem comete o abuso às sanções legais pertinentes, como interrupção de sua utilização e perdas e danos.

**4. Pode-se requerer a sucessão definitiva do ausente.**

Alternativas

- A) cinco anos depois de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória, ou se o ausente, já contando oitenta anos de idade, dele não houver notícia também nos últimos cinco anos.
  - B) somente nos casos em que a lei admite a morte presumida, porque a pessoa se encontrava, ao desaparecer, em perigo de vida.
  - C) somente depois de o ausente completar oitenta anos de idade e que de cinco anos antes datem as últimas notícias dele.
- D) dez anos depois de passada em julgado a sentença que conceder a abertura da sucessão provisória.

**5. Os direitos de personalidade são direitos fundamentais e inalienáveis, inerentes à dignidade e integridade da pessoa humana. Acerca das disposições do Código Civil sobre os direitos de personalidade, assinale a alternativa correta:**

Alternativas

- A) Inclusive por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
- B) Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.
- C) Em se tratando de morto, terá legitimidade para requerer a medida prevista neste artigo o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até segundo grau.
- D) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para antes ou depois da morte.

**6. Acerca das pessoas jurídicas e com base no Código Civil, assinale a alternativa CORRETA:**

**Alternativas**

A) São pessoas jurídicas de direito público interno a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios, as autarquias, inclusive as associações públicas, os partidos políticos e as demais entidades de caráter público criadas por lei.

B) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.

C) A mera existência de grupo econômico autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica, presumindo-se a utilização das pessoas jurídicas com a finalidade de afastar a incidência da legislação civil.

D) Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria absoluta de votos dos gestores, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso.

**7. Determinada fundação foi criada com o objetivo de promover a educação em comunidades carentes em uma cidade específica. Passados alguns anos da sua instituição e início de funcionamento, um de seus instituidores, Pedro Arthur, resolveu impugnar a sua criação, alegando que o patrimônio inicial destinado a sua constituição seria insuficiente para cumprir suas finalidades. Caracterizada a situação pelo fato de o patrimônio estar se extinguindo com o funcionamento e que a fundação não teria condições, em breve, de permanecer funcionando. O Ministério Público, responsável pela fiscalização, manifestou-se concordando com o fato de o patrimônio de instituição da fundação não ser suficiente. Considerando o caso hipotético, é correto afirmar que:**

**Alternativas**

A) O Juiz poderá extinguir a fundação e, considerando que o estatuto não disponha de nada em contrário, poderá o Magistrado designar outra fundação com fim igual ou semelhante, para que incorpore o patrimônio da fundação que foi extinta.

B) Considerando que o estatuto não disponha de nada em contrário, o Magistrado deve demandar do instituidor que complemente o valor necessário à continuidade da fundação e, não cumprida a exigência, deverá devolver o patrimônio incorporado restante aos instituidores, na proporção de suas doações iniciais em favor da criação da fundação e, *ipso facto*, extinguí-la.

C) O Juiz poderá extinguir a fundação e, considerando que o estatuto não disponha de nada em contrário, o Magistrado ordenará a incorporação do patrimônio da fundação que se extingue em outra com fim igual ou semelhante, a qual seja indicada pelos instituidores; na falta de indicação por esses, indicada pelo Ministério Público e na falta dessa indicação, de forma livre pelo Magistrado.

D) Cabe a Pedro Arthur, enquanto instituidor, considerando que o estatuto não disponha de nada em contrário, o poder de pedir a extinção da fundação, independentemente de manifestação do Ministério Público e/ou intervenção do Judiciário, devendo este promover de forma direta a transferência do patrimônio restante a outra fundação com fim igual e semelhante, fazendo a mera comunicação do fato aos órgãos reguladores e fiscalizadores.

**8. Um grupo de cidadãos, maiores, capazes, motivados por um objetivo comum de promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos, decide criar uma fundação privada. Eles pretendem estabelecer a fundação para arrecadar fundos, oferecer palestras e financiar projetos que visam difundir a democracia em todas as classes sociais. Para isso, eles precisam definir a estrutura jurídica, estatutária e administrativa da fundação, além de garantir conformidade com as exigências legais; assim, assinale a afirmativa correta.**

**Alternativas**

A) A obrigação originária de elaboração do estatuto e destinação do patrimônio é do Ministério Público do estado onde a fundação será sediada.

B) Se os bens forem insuficientes para constituir a fundação, e os instituidores não dispuserem de outros meios, deverão requerer suporte para outras fundações que se proponham a fim igual ou semelhante.

C) Não constitui justo motivo para extinção da fundação aquela que não puder cumprir seus objetivos ou o patrimônio se tornar insuficiente, pois a extinção ocorrerá somente quando vencido o prazo de existência.

D) Constituída a fundação por negócio jurídico entre vivos, o instituidor é obrigado a transferir-lhe a propriedade, ou outro direito real sobre os bens dotados e, se não o fizer, serão registrados, em nome dela, por mandado judicial.

**9. Em relação aos *bens públicos*, analise as classificações a seguir.**

- I. de uso comum do povo.
- II. de uso especial.
- III. dominicais.

**Enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar, são inalienáveis os bens citados em**

**Alternativas**

- A) I, somente.
- B) I e II, somente.
- C) I e III, somente.
- D) II e III, somente.

**10. O Município de birigui determinou que a utilização de um parque municipal, destinado à recreação da população, deverá ser remunerada pelos visitantes. É correto determinar que o parque é bem:**

**Alternativas**

- A) De uso comum do povo, sendo a cobrança de remuneração aos visitantes indevida.
- B) De uso especial, sendo a cobrança de remuneração aos visitantes indevida.
- C) Dominical, sendo a cobrança de remuneração aos visitantes indevida.
- D) De uso comum do povo, podendo o Município determinar a cobrança aos visitantes.

Curso  BACHAREL EM DIREITO	Turma/Semestre  <b>1º semestre</b>	Data  16/06/2025
<b>Nome do aluno</b>	R.A.	<b>Nota da Avaliação</b>
<b>Orientações</b>  - A avaliação é individual - Cada questão contém apenas uma alternativa correta - Não é permitida nenhuma consulta - As respostas devem ser anotadas no cartão de respostas com caneta azul ou preta; - Ao final da avaliação o aluno deverá entregar o gabarito devidamente preenchido juntamente com a folha de questões - Não é permitido sair do local da prova antes de decorrer 90 minutos do seu início		<b>AVALIAÇÃO MULTIDISCIPLINAR (SIMULADO)</b>

Disciplina	<b>Introdução ao Direito Penal</b>
Professor	<b>Valério Catarin de Almeida</b>

<b>Gabarito de respostas</b>				
Questão	A	B	C	D
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				

---

**Assinatura do(a) acadêmico(a)**

**I - A função impeditiva do Direito Penal refere-se à sua capacidade de evitar a prática de condutas socialmente indesejadas, por meio da ameaça de sanção. Acerca dessa função, assinale a alternativa INCORRETA:**

- A) A função impeditiva do Direito Penal está ligada à prevenção geral negativa, buscando inibir comportamentos ilícitos pelo temor da punição.
- B) A ameaça de pena, ao desestimular condutas criminosas, atua como instrumento de controle social formal.
- C) A função impeditiva do Direito Penal está relacionada exclusivamente à punição efetiva do agente, não tendo vínculo com a intimidação social.
- D) O caráter intimidativo do Direito Penal visa proteger bens jurídicos, impedindo sua violação por meio da coação psicológica.

**II - Sobre o conceito de Direito Penal, assinale a alternativa INCORRETA:**

- A) O Direito Penal é o ramo do Direito Público que define as infrações penais e comina sanções a serem aplicadas pelo Estado.
- B) O Direito Penal busca a proteção dos bens jurídicos fundamentais por meio da repressão e prevenção de condutas lesivas.
- C) O Direito Penal é autônomo em relação ao Direito Constitucional, não guardando qualquer relação com os princípios constitucionais.
- D) O Direito Penal regula a relação entre o Estado e o indivíduo infrator, estabelecendo os limites e condições para o exercício do jus puniendi.

**III - Qual das alternativas abaixo está INCORRETA quanto ao instituto da legítima defesa previsto no Código Penal Brasileiro?**

- A) A legítima defesa exclui a ilicitude da conduta, sendo considerada uma excludente legal.
- B) É legítima a reação a uma agressão atual e injusta, desde que utilizada de forma moderada pelos meios necessários.
- C) A legítima defesa pode ser exercida contra agressão praticada por inimputável, mesmo que este não responda penalmente.
- D) O excesso doloso na legítima defesa também exclui a responsabilidade penal do agente.

**IV - Assinale a alternativa CORRETA a respeito do que se entende por tipo penal no Direito Penal:**

- A) Tipo penal é a sanção prevista para cada crime no Código Penal.
- B) Tipo penal é o conjunto de princípios constitucionais que orientam a interpretação das normas penais.
- C) Tipo penal é a parte da sentença penal que descreve os efeitos civis da condenação.
- D) Tipo penal é a descrição abstrata da conduta proibida ou imposta pela lei penal, que serve de modelo para a tipificação do crime.

**V - O princípio da reserva legal ou legalidade estrita, previsto no art. 5º, inciso XXXIX da Constituição Federal e no art. 1º do Código Penal, estabelece que não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal. Com base nesse princípio, assinale a alternativa INCORRETA:**

- A) O princípio da reserva legal impede que condutas sejam consideradas crimes sem que haja uma lei anterior tipificando a conduta.
- B) A pena só pode ser aplicada se estiver previamente cominada em lei formal, aprovada pelo Poder Legislativo.
- C) O princípio da reserva legal autoriza que decretos e portarias do Poder Executivo criem crimes e penas, desde que ratificados pelo Congresso Nacional.
- D) A criação de tipos penais depende de lei em sentido estrito, sendo vedada sua criação por medidas provisórias.

**VI - Sobre o princípio da irretroatividade da lei penal, assinale a alternativa INCORRETA:**

- A) A lei penal mais grave não retroagirá para atingir fatos praticados antes de sua vigência.
- B) A lei penal mais benéfica pode retroagir para alcançar fatos anteriores à sua entrada em vigor.
- C) A lei penal mais grave retroagirá obrigatoriamente para atingir fatos praticados sob a vigência de lei anterior, por expressa previsão constitucional.
- D) A Constituição Federal assegura o direito à aplicação retroativa da lei penal mais benéfica.

**VII - Sobre a aplicação da lei penal no espaço, assinale a alternativa CORRETA:**

- A) A lei penal brasileira aplica-se apenas a crimes cometidos dentro do território nacional, sem exceções.
- B) Crimes cometidos a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras, em território nacional, nunca são regidos pela lei brasileira.
- C) A lei penal brasileira pode ser aplicada a crimes cometidos no exterior, independentemente de qualquer requisito, conforme o princípio da territorialidade absoluta.
- D) Em regra, aplica-se o princípio da territorialidade, mas admite-se a aplicação da lei penal brasileira a certos crimes cometidos no estrangeiro, segundo princípios como o da defesa e da justiça universal.

**VIII - No âmbito do Direito Penal, aponte a alternativa incorreta acerca da抗juridicidade?**

- a) A抗juridicidade é a contrariedade da conduta em relação ao ordenamento jurídico, sem a presença de causas de justificação.
- b) A抗juridicidade representa a prática de uma conduta típica, ilícita e não amparada por excludentes de ilicitude.
- c) A抗juridicidade é o juízo de valor que reconhece a compatibilidade da conduta com o direito, legitimando o fato típico.

d) A antijuridicidade ocorre quando o agente realiza uma ação que, embora típica, é vedada e contrária ao direito, não sendo amparada por causas excludentes.

**IX - Sobre a aplicação da lei penal no tempo, assinale a alternativa incorreta:**

- A) Aplica-se a lei penal mais benéfica ao réu, ainda que seja posterior ao fato criminoso.
- B) A lei penal mais severa pode retroagir se for considerada de ordem pública.
- C) A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
- D) A abolição de um crime extingue a punibilidade, sendo aplicada retroativamente.

**X – Conforme o Código Penal Brasileiro, considera-se crime tentado aquele em que:**

- A) O agente pratica todos os atos necessários e consuma o resultado desejado.
- B) O agente inicia a execução, mas não prossegue por desistência voluntária.
- C) O agente inicia a execução, porém o crime não se consuma por circunstâncias alheias à sua vontade.
- D) O agente apenas cogita mentalmente a prática de um crime, sem dar início a qualquer ato executivo.



Curso  BACHAREL EM DIREITO	Turma/Semestre  <b>1º Semestre</b>	Data  16/06/2025
<b>Nome do aluno</b>	R.A.	<b>Nota da Avaliação</b>
<b>Orientações</b>  - A avaliação é individual - Cada questão contém apenas uma alternativa correta - Não é permitida nenhuma consulta - As respostas devem ser anotadas no cartão de respostas com caneta azul ou preta; - Ao final da avaliação o aluno deverá entregar o gabarito devidamente preenchido juntamente com a folha de questões - Não é permitido sair do local da prova antes de decorrer 90 minutos do seu início		<b>AVALIAÇÃO MULTIDISCIPLINAR (SIMULADO)</b>

Disciplina	<b>Ciências Políticas</b>
Professor	<b>Renato José das Neves Cortez</b>

<b>Gabarito de respostas</b>				
Questão	A	B	C	D
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				

---

**Assinatura do(a) acadêmico(a)**

**Questão 01.** A política pode ser definida como a arte ou ciéncia que se ocupa da organização, distribuição e exercício do poder dentro de uma sociedade, abrangendo desde a tomada de decisões até a gestão de conflitos e a implementação de políticas públicas. Em suma, é o estudo e a prática da forma como uma sociedade se governa e como as decisões são tomadas para afetar a vida de todos os seus membros. Sobre a política, é correto afirmar

- a) Maquiavel é o pai da ciéncia política moderna, destacando-se como sua obra principal o Espírito das Leis.
- b) Surgiu na idade moderna com Maquiavel, sendo que os filósofos antigos nunca se interessaram por tal matéria.
- c) Tem como objetivo estabelecer uma ideia de “bom governo” capaz de promover o bem comum.
- d) Os maus governos não são objeto de estudo da Ciéncia Política.

**Questão 02.** As ideologias mobilizam indivíduos e multidões, alimentam intolerâncias, intentam conservar ou transformar sociedades, produzem guerras e revoluções. Sobre o conceito de ideologia e utopia, é correto afirmar

- a) A ideologia imagina e idealiza sociedades ou sistemas sociais que são distintos da realidade atual;
- b) A ideologia busca entender e justificar o mundo como ele é, enquanto a utopia imagina como o mundo poderia ser;
- c) Uma utopia busca dar sentido e explicação à realidade, muitas vezes de forma simplificada ou com vieses;
- d) Utopia consiste em um conjunto de ideias que justificam e sustentam a ordem social e política existente;

**Questão 03.** Sobre a Constituição de um Estado, é correto afirmar

- a) Deve conter a organização e o funcionamento do Estado;
- b) Seu conteúdo deve abranger todas as normas importantes do Estado, inclusive tipos penais e ilícitos civis;
- c) O Constitucionalismo é um movimento que levou a regra do governo absoluto;
- d) O seu estudo é realizado pelo Direito Constitucional apenas, sendo que outros ramos do direito e, inclusive, outras ciéncias, não podem analisar as suas regras.

**Questão 04.** Sobre o Liberalismo Político, é INCORRETO afirmar

- a) Para Voltaire, o Estado deveria adotar uma religião oficial, incorporando a Igreja ao Estado.
- b) John Locke defendia que o Estado não deveria atentar contra a vida, a liberdade e a propriedade do cidadão.
- c) São referências John Locke, Voltaire e Montesquieu.
- d) Surgiu no sécúlo XVII estabelecendo um conjunto de teorias que lutavam contra o antigo regime (Absolutismo).

**Questão 05.** Socialismo é uma filosofia política, social e econômica que defende a propriedade social dos meios de produção, ou seja, que os bens e recursos sejam controlados e geridos por toda a sociedade, em vez de indivíduos ou empresas privadas. Desta forma, o socialismo possui a seguinte característica:

- a) Defende uma sociedade mais livre e com mínima intervenção do Estado na economia, incentivando a iniciativa privada;
- b) No Socialismo Científico, a tomada de poder se dará através de uma via revolucionária ou por eleições diretas;
- c) A Centralização do poder no Estado, ressalvado os poderes dos proprietários de terras.
- d) Busca a socialização da produção das riquezas, abolição da propriedade privada e das classes sociais, garantindo uma social mais igualitária.

**Questão 06.** Sobre as principais correntes do Socialismo, é correto afirmar

- a) Socialismo Científico defende um Estado mais igualitário sem, obrigatoriamente, acabar com a propriedade privada;

- b) Socialismo Utópico defende a transformação da sociedade por meio de reformas e o Científico, a transformação da sociedade e a abolição do capitalismo pela via revolucionária, mas ambos buscam um estado mais igualitário.
- c) Socialismo Real, adotado pelo mundo, reflete os ideais do Socialismo Científico como a implantação através de via revolucionária, a abolição da propriedade privada, das classes sociais e adoção do comunismo, abolindo o Estado;
- d) Socialismo Utópico, desenvolvido por Marx e Engels, defende que o socialismo é uma etapa para o comunismo, onde não haveria mais propriedade privada;

**Questão 07.** Sobre a Social Democracia, é INCORRETO afirmar

- a) Defende o Estado Democrático de Direito;
- b) Defende a intervenção do Estado na sociedade para garantir o bem-estar de todos;
- c) Promove a realização de serviços básicos;
- d) Defende a abolição da propriedade privada.

**Questão 08.** Sobre o Estado, é correto afirmar

- a) Estado, segundo Sahid Maluf, é o executor da soberania nacional;
- b) Nasceu com o desenvolvimento Império Romano, quando atingiu o ápice de sua organização;
- c) Estado e ordem jurídica, segundo a teoria Pluralista, são uma única realidade, ou seja, Estado e ordem jurídica são sinônimos;
- d) Estado é uma forma de poder existente na sociedade que se submete a outras forças de poder, sendo que reflete apenas a vontade de parte da sociedade;

**Questão 09.** Sobre os Tipos de Estados existentes, é correto afirmar:

- a) É chamado de Estado Antigo aquele que defendia a separação de Estado e Igreja;
- b) As cidades-estados gregas foram reunidas em um único Estado Democrático sob a inspiração dos filósofos Sócrates, Platão e Aristóteles;
- c) O Estado Romano organizou-se, durante toda a existência do Império Romano, adotando a Monarquia Absolutista, sem participação popular alguma.
- d) O Estado Moderno está estruturado sob alguns elementos constitutivos: povo, território, soberania e finalidade.

**Questão 10.** Sobre os regimes políticos, é INCORRETO afirmar

- a) A Oligarquia surge como um regime político que impõe a vontade de um grupo, partido ou classe social às demais, geralmente em maior quantidade;
- b) Pode ser classificado em Democráticos, Autoritários e Totalitários;
- c) A democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo e, por isso, não admite que seja realizada através de representantes deste povo;
- d) A Tirania é um governo autoritário, violento, que desrespeita a própria legislação do Estado para se manter no poder ou realizar as suas vontades.



Curso <b>BACHAREL EM DIREITO</b>	Turma/Semestre <b>1º semestre</b>	Data <b>16/06/2025</b>
Nome do aluno	R.A.	Nota da Avaliação
<b>Orientações</b>		<b>AVALIAÇÃO MULTIDISCIPLINAR (SIMULADO)</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- A avaliação é individual</li> <li>- Cada questão contém apenas uma alternativa correta</li> <li>- Não é permitida nenhuma consulta</li> <li>- As respostas devem ser anotadas no cartão de respostas com caneta azul ou preta;</li> <li>- Ao final da avaliação o aluno deverá entregar o gabarito devidamente preenchido juntamente com a folha de questões</li> <li>- Não é permitido sair do local da prova antes de decorrer 90 minutos do seu início</li> </ul>		

Disciplina	<b>HISTÓRIA DO DIREITO E DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS</b>		
Professor	<b>MEIRE CRISTINA QUEIROZ SATO</b>		

<b>Gabarito de respostas</b>				
Questão	A	B	C	D
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				

---

**Assinatura do(a) acadêmico(a)**

**Questão 1.** Qual teórico iluminista defendeu a separação dos poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário)?

Alternativas:

- a) Karl Marx
- b) Max Weber
- c) Montesquieu
- d) Rousseau

**Questão 2.** O Direito Consuetudinário é baseado principalmente em:

Alternativas:

- a) Leis escritas pelo legislativo
- b) Costumes e tradições
- c) Decisões de tribunais internacionais
- d) Tratados religiosos

**Questão 3.** A Revolução Francesa (1789) impactou o Direito ao defender:

Alternativas:

- a) Divisão de poderes e direitos individuais
- b) Manutenção do feudalismo
- c) Supremacia da monarquia absoluta
- d) Direito divino dos reis

**Questão 4.** Qual foi o primeiro corpo normativo organizado a vigorar no Brasil colonial?

Alternativas:

- a) Ordенаções Afonsinas
- b) Ordenações Manuelinas
- c) Ordenações Filipinas
- d) Código Civil de 1916

**Questão 5.** Qual evento marcou a transição do Direito colonial para o Direito imperial no Brasil?

Alternativas:

- a) Proclamação da República (1889)
- b) Independência do Brasil (1822)
- c) Abolição da Escravidão (1888)
- d) Chegada da Família Real (1808)

**Questão 6.** O Código Criminal de 1830, no Império brasileiro, foi influenciado principalmente por:

Alternativas:

- a) Direito Canônico
- b) Ideias iluministas e liberalismo
- c) Tradições indígenas
- d) Direito romano clássico

**Questão 7.** Qual foi a primeira Constituição do Brasil, outorgada em 1824?

Alternativas:

- a) Constituição da Mandioca
- b) Constituição do Império

- c) Constituição Republicana
- d) Constituição dos Estados Unidos do Brasil

**Questão 8.** O Código Civil de 1916, de autoria de Clóvis Beviláqua, foi inspirado principalmente no:

Alternativas:

- a) Direito anglo-saxônico
- b) Direito germânico
- c) Direito francês (Código Napoleônico)
- d) Direito romano-bizantino

**Questão 9.** Durante o Estado Novo (1937–1945), qual característica marcou o sistema jurídico brasileiro?

Alternativas:

- a) Federalismo exacerbado
- b) Centralização do poder e supressão de garantias individuais
- c) Ampliação do sufrágio universal
- d) Adoção do parlamentarismo

**Questão 10.** A Constituição de 1988 é conhecida como:

Alternativas:

- a) "Constituição Cidadã"
- b) "Constituição da Ditadura"
- c) "Constituição do Café com Leite"
- d) "Constituição da Nova República"



Curso <b>BACHAREL EM DIREITO</b>	Turma/Semestre <b>1º semestre</b>	Data <b>16/06/2025</b>
Nome do aluno	R.A.	Nota da Avaliação
<b>Orientações</b>		<b>AVALIAÇÃO MULTIDISCIPLINAR (SIMULADO)</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- A avaliação é individual</li> <li>- Cada questão contém apenas uma alternativa correta</li> <li>- Não é permitida nenhuma consulta</li> <li>- As respostas devem ser anotadas no cartão de respostas com caneta azul ou preta;</li> <li>- Ao final da avaliação o aluno deverá entregar o gabarito devidamente preenchido juntamente com a folha de questões</li> <li>- Não é permitido sair do local da prova antes de decorrer 90 minutos do seu início</li> </ul>		

Disciplina	<b>ÉTICA GERAL E PROFISSIONAL</b>
Professor	<b>MEIRE CRISTINA QUEIROZ SATO</b>

<b>Gabarito de respostas</b>				
Questão	A	B	C	D
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				

---

**Assinatura do(a) acadêmico(a)**

**Questão 01.** De acordo com o Código de Ética e Disciplina da OAB, é vedado ao advogado, exceto:

Alternativas:

- a) Recusar-se a prestar informações ao cliente.
- b) Manter sigilo sobre fatos de que tenha conhecimento em razão do exercício da profissão.
- c) Utilizar-se de meios ilícitos para obter prova.
- d) Participar de sociedade com pessoa que exerce atividade incompatível com a advocacia.

**Questão 02.** Segundo o Código de Ética da OAB, o advogado deve guardar sigilo sobre fatos de que tenha conhecimento em razão do exercício da profissão, sob pena de infração disciplinar. Essa obrigação é:

Alternativas:

- a) Relativa, podendo ser quebrada em determinadas circunstâncias.
- b) Absoluta, não podendo ser violada sob qualquer hipótese.
- c) Opcional, dependendo da vontade do advogado.
- d) Limitada ao âmbito judicial, não abrangendo atividades extrajudiciais.

**Questão 03.** De acordo com o Código de Ética e Disciplina da OAB, é correto afirmar que o advogado deve:

Alternativas:

- a) Manter independência em relação às partes e às autoridades.
- b) Aceitar qualquer causa, independentemente de sua convicção pessoal.
- c) Utilizar-se de meios ilícitos para obter vantagem processual.
- d) Divulgar informações confidenciais de clientes, desde que não prejudique terceiros.

**Questão 04.** Conforme o Estatuto da Advocacia, o advogado pode exercer suas atividades profissionais:

Alternativas:

- a) Em qualquer atividade, inclusive na administração pública, sem restrições.
- b) Somente na advocacia privada, não podendo atuar na administração pública.
- c) Em defesa de interesses próprios, desde que não prejudique a ética profissional.
- d) Em qualquer atividade, desde que não utilize o exercício da advocacia para fins pessoais.

**Questão 05.** De acordo com o Código de Ética, o advogado deve evitar:

Alternativas:

- a) Participar de debates públicos sobre temas de interesse social.
- b) Manter postura de respeito às autoridades e às partes.
- c) Utilizar-se de meios desleais ou antiéticos na defesa de seus clientes.
- d) Buscar atualização constante e aprimoramento profissional.

**Questão 06.** Segundo o Estatuto da Advocacia, a publicidade do advogado deve ser:

Alternativas:

- a) Desleal, para atrair clientes.
- b) Discreta, verdadeira e moderada, sem captação de clientela.
- c) Abusiva, para destacar seus serviços.
- d) Limitada ao boca a boca, sem qualquer divulgação formal.

**Questão 07.** Aparecida, advogada da autora no âmbito de determinada ação indenizatória, bastante irritada com o conteúdo de sentença que julgou improcedente o pedido formulado, apresenta recurso de apelação em cujas razões afirma que o magistrado é burro e ignora as leis aplicáveis ao caso em exame. Disse ainda que

tal sentença não poderia ter outra explicação, senão o fato de o magistrado ter recebido vantagem pecuniária da outra parte. A respeito da conduta de Aparecida, é CORRETO afirmar:

Alternativas:

- a) Aparecida não praticou crime nem conduta antiética, pois fez tais afirmações no exercício da profissão, devendo atuar sem receio de desagravar ao magistrado.
- b) Aparecida praticou o crime de injúria, ao afirmar que o magistrado é burro e ignora as leis aplicáveis ao caso e o de calúnia, quando afirmou que o magistrado prolatara a sentença em questão por ter recebido dinheiro da outra parte. Além disso, por todas as ofensas irrogadas, violou dispositivo do Código de Ética e Disciplina da OAB, que impõe ao advogado o dever de urbanidade.
- c). Aparecida violou apenas dispositivo do Código de Ética e Disciplina da OAB, por desrespeitar o dever de urbanidade, mas não praticou crime, uma vez que tem imunidade profissional, não constituindo injúria, difamação ou calúnia puníveis qualquer manifestação de sua parte, no exercício de sua atividade, em juízo ou fora dele.
- d) Aparecida violou dispositivo do Código de Ética e Disciplina da OAB, por desrespeitar o dever de urbanidade e praticou o crime de calúnia ao afirmar que o magistrado prolatara a sentença em questão por ter recebido dinheiro da outra parte. Não praticou crime quando afirmou que o magistrado é burro e ignora as leis aplicáveis ao caso, pois tem imunidade profissional, não constituindo injúria punível qualquer manifestação de sua parte, no exercício de sua atividade, em juízo ou fora dele.

**Questão 08.** O advogado João foi contratado por José para atuar em determinada ação indenizatória. Ao ter vista dos autos em cartório, percebeu que José já estava representado por outro advogado na causa. Mesmo assim, considerando que já havia celebrado contrato com José, mas sem contatar o advogado que se encontrava até então constituído, apresentou petição requerendo juntada da procuração pela qual José lhe outorgara poderes para atuar na causa, bem como a retirada dos autos em carga, para que pudesse examiná-los com profundidade em seu escritório. Com base no caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

Alternativas:

- a) O advogado João não cometeu infração disciplinar, pois apenas requereu a juntada de procuração e realizou carga dos autos do processo, sem apresentar petição com conteúdo relevante para o deslinde da controvérsia.
- b) O advogado João cometeu infração disciplinar, não por ter requerido a juntada de procuração nos autos, mas sim por ter realizado carga dos autos do processo em que já havia advogado constituído.
- c) O advogado João não cometeu infração disciplinar, pois, ao requerer a juntada da procuração nos autos, já havia celebrado contrato com José.
- d) O advogado João cometeu infração disciplinar prevista no Código de Ética e Disciplina da OAB, pois não pode aceitar procuração de quem já tenha patrono constituído, sem prévio conhecimento do mesmo.

**Questão 09.** Bruno, advogado, compareceu à audiência de conciliação acompanhado de seu cliente Carlos, tendo-lhe sido conferidos poderes para transacionar em juízo ou fora dele. Na audiência, foi oferecida proposta de acordo pela parte adversa, que não foi aceita por Bruno, visto que conflitava flagrantemente com os interesses de seu cliente.

Contrariado, o magistrado cassou a palavra de Bruno, determinando que não se manifestasse mais durante a audiência, visto que a opção de aceitar ou não o acordo seria de decisão única de Carlos, sem possibilidade de influência de seu patrono.

Nesse contexto, de acordo com o Estatuto da Advocacia e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), assinale a afirmativa correta.

Alternativas:

- a) O magistrado agiu corretamente, considerando que tem o dever de manter a ordem dos trabalhos e, em sua atuação, deve fomentar a solução pacífica dos conflitos, que estava sendo inviabilizada pela resistência de Bruno ao acordo.
- b) A palavra de Bruno não poderia ter sido cassada sob o fundamento de que aceitar ou não o acordo é de decisão única de Carlos sem possibilidade de influência de seu patrono, vez que o advogado é indispensável à administração da justiça e deve orientar seu cliente.

- c) Em insistindo em falar com seu cliente sobre a aceitação ou não do acordo, a conduta de Bruno acarretará responsabilidade perante a OAB, em razão da violação da ordem hierárquica do magistrado.
- d) Em caso de manutenção da insubordinação de Bruno, o juiz poderá determinar que a seccional competente da Ordem dos Advogados do Brasil aplique a pena de suspensão das atividades de advocacia por ele desempenhadas, por prazo não inferior a dois anos.

**Questão 10.** Pedro, contador com vasta experiência e sólida carreira, decide fazer uma segunda graduação, tornando-se bacharel em Direito. Depois da aprovação no Exame de Ordem Unificado e da inscrição nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, Pedro pretende continuar prestando serviços contábeis, sem prejuízo do exercício concomitante da nova atividade. Acerca da intenção de Pedro, bem como dos limites ético-normativos para a publicidade profissional da sua nova atividade, assinale a afirmativa correta.

Alternativas:

- a) Pedro não poderá exercer de modo concomitante as atividades de contador e advogado, pois, de acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB, a prestação de serviços contábeis é incompatível com o exercício simultâneo da advocacia.
- b) Não há óbice ético para o duplo exercício das atividades de contador e advogado, podendo Pedro se valer da divulgação conjunta dos serviços oferecidos, desde que não seja por meio de inscrições em muros, paredes, veículos, elevadores ou em qualquer espaço público.
- c) Embora não haja incompatibilidade para o exercício concomitante das duas atividades, não será permitido a Pedro divulgar sua nova profissão de modo conjunto com a de contador.
- d) Pedro poderá fazer uso de mala direta, distribuição de panfletos ou formas assemelhadas de publicidade, visando a captação de clientela para a sua nova atividade, mas não poderá mencionar, nessa publicidade, os serviços de contabilidade.

<b>Curso</b> BACHAREL EM DIREITO	<b>Turma/Semestre</b> <b>1º Semestre</b>	<b>Data</b> <b>16/06/2025</b>
<b>Nome do aluno</b>	<b>R.A.</b>	<b>Nota da Avaliação</b>
<b>Orientações</b> - A avaliação é individual - Cada questão contém apenas uma alternativa correta - Não é permitida nenhuma consulta - As respostas devem ser anotadas no cartão de respostas com caneta azul ou preta; - Ao final da avaliação o aluno deverá entregar o gabarito devidamente preenchido juntamente com a folha de questões - Não é permitido sair do local da prova antes de decorrer 90 minutos do seu início		<b>AVALIAÇÃO MULTIDISCIPLINAR (SIMULADO)</b>

<b>Disciplina</b>	<b>Teoria Geral do Estado I</b>
<b>Professor</b>	<b>Renato José das Neves Cortez</b>

<b>Gabarito de respostas</b>				
Questão	A	B	C	D
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				

---

**Assinatura do(a) acadêmico(a)**

**Questão 01.** Sobre a origem da sociedade, é correto afirmar:

- a) Surgiu como consequência da formação do Estado;
- b) Surgiu, apenas, no século XVI, após a Paz de Westfália;
- c) Há várias teorias que tratam da origem da sociedade, destacando-se as que defendem o impulso natural associativo e a formação mediante a vontade do ser humano.
- d) A teoria do impulso natural associativo estabelece que, o ser humano, decidiu viver em sociedade.

**Questão 02.** Sobre sociedade, é correto afirmar:

- a) A sociedade é conjunto de pessoas que unem para formarem um Estado.
- b) Tem como seus elementos constitutivos: povo, território e soberania.
- c) Trata-se de uma forma de integração de pessoas em um determinado território.
- d) Apresenta os seguintes elementos característicos segundo Dallari: finalidade social, manifestações em conjunto ordenadas e poder social.

**Questão 03.** Sobre as sociedades políticas é correto afirmar:

- a) Tem como finalidade criar condições para que vários indivíduos ou as demais sociedades possam se integrar;
- b) O seu conceito é sinônimo de Estado.
- c) É um tipo de sociedade que não necessidade de um poder social que a organize.
- d) As sociedades políticas, obrigatoriamente, se tornaram um Estado de Direito no futuro.

**Questão 04.** Sobre a formação do Estado é correto afirmar

- a) Surgiu com as cidades-estados gregas, quando se organizaram em democracia.
- b) Existem apenas duas teorias: que o Estado sempre existiu e que o Estado só existiu após a Paz de Westfália.
- c) A única teoria aceita sobre o assunto afirma que o Estado passou a existir em conjunto da formação das sociedades políticas.
- d) Uma das teorias existentes afirma que a sociedade surgiu antes do Estado para atender as conveniências e necessidades dos indivíduos e dos grupos sociais.

**Questão 05.** Não é característica da Soberania ser

- a) indivisível
- b) delegável
- c) inalienável
- d) uma

**Questão 06.** A formação do Estado:

- a) A formação do Estado pode se dar pelo fracionamento do seu território para se formar uma Federação.
- b) Um Estado pode ser criado através de um tratado internacional.
- c) Após a criação da ONU, só podem ser criados novos Estados após a concordância do Conselho de Segurança.
- d) A formação de um novo Estado depende da prévia realização de um plebiscito com a população existente.

**Questão 07.** Sobre os elementos constitutivos do Estado é correto afirmar

- a) Pode existir Estado sem território dizem os contratualistas.
- b) A Soberania é elemento constitutivo do Estado, só podendo ser exercida através da constituição de um Estado Democrático de Direito;
- c) Existem autores que defendem a possibilidade da existência de Estado sem Povo;
- d) O Território engloba o solo, subsolo, espaço aéreo e o mar territorial.

Segundo o art. 1º, da Constituição Federal:

*Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos estados e municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:*

*I – a soberania;*

*II – a cidadania;*

*III – a dignidade da pessoa humana;*

*IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;*

*V – o pluralismo político.*

*Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.*

Com base no texto do artigo acima referido, responda as seguintes questões:

**Questão 08.** Uma das características do Estado Brasileiro é ser uma Federação, que consiste:

- a) Ter vários Estados com Soberania dentro de seu território;
- b) Ser estabelecido através de um Tratado, Acordo ou Convenção Internacional;
- c) Não admitir a coexistência de divisões regionais com autonomia política;
- d) Detém uma única soberania, mas admite centros regionais de poder.

**Questão 09.** O Estado Brasileiro adotou a forma republicana como sua forma de governo que possui as seguintes características:

- a) O governante, eleito para um cargo temporário, não tem responsabilidade pelos seus atos de governo;
- b) O governante exerce a função temporariamente, após ser eleito pelos cidadãos.
- c) O governante é eleito para um cargo vitalício;
- d) O governo é transmitido hereditariamente ao sucessor do antigo governante.

**Questão 10.** O sistema de governo adotado pelo Brasil foi o Presidencialismo que

- a) Admite a dissolução do Parlamento após a aprovação de moção de desconfiança;
- b) É compatível com a República e com a Monarquia;
- c) O Presidente da República é o chefe do Poder Executivo, possuindo mandato fixo que só pode ser interrompido se for praticado Crime de Responsabilidade;
- d) Tem na figura do Presidente da República o seu chefe de Estado e na do Primeiro-ministro a de Chefe de Governo.

Curso  BACHAREL EM DIREITO	Turma/Semestre  <b>1º semestre</b>	Data  16/06/2025
<b>Nome do aluno</b>	R.A.	<b>Nota da Avaliação</b>
<b>Orientações</b>  - A avaliação é individual - Cada questão contém apenas uma alternativa correta - Não é permitida nenhuma consulta - As respostas devem ser anotadas no cartão de respostas com caneta azul ou preta; - Ao final da avaliação o aluno deverá entregar o gabarito devidamente preenchido juntamente com a folha de questões - Não é permitido sair do local da prova antes de decorrer 90 minutos do seu início		<b>AVALIAÇÃO MULTIDISCIPLINAR (SIMULADO)</b>

Disciplina	<b>Antropologia Jurídica</b>
Professor	<b>Wesley Piante Chotolli</b>

<b>Gabarito de respostas</b>				
Questão	A	B	C	D
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				

---

**Assinatura do(a) acadêmico(a)**

1. Observe o trecho abaixo:

[...] o direito afigura-se como um objeto cultural criado pela sociedade, de base concreta e real, pedaço de vida humana objetivada, que repousa sobre valorações, apontando, em última análise, para a finalidade de realização da justiça (Soares, 2022, p. 98).

Por meio dos conhecimentos sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) o direito é algo imutável pois vincula-se ao campo das leis.
- b) o direito é uma construção social invariável pois associa-se ao contexto cultural.
- c) o direito é algo variável, de modo que a sua análise se apresenta como construção cultural.
- d) o direito é uma prática variada construída em torno de elementos subjetivos, o que caracteriza a modernidade do direito formal.

2. A Antropologia é uma área do conhecimento que se dedica a compreender o conceito de cultura. Dessa forma, a explicação sobre os elementos simbólicos se torna fundamental. Sobre isso, Laplantine aponta que:

Assim, o que distingue a sociedade humana da sociedade animal, e até da sociedade celular, não é de forma alguma a transmissão das informações, a divisão do trabalho, a especialização hierárquica das tarefas (tudo isso existe não apenas entre os animais, mas dentro de uma única célula!), e sim essa forma de comunicação propriamente cultural que se dá através da troca não mais de signos e sim de símbolos, e por elaboração das atividades rituais aferentes a estes. Pois, pelo que se sabe, se os animais são capazes de muitas coisas, nunca se viu algum soprar as velas de seu bolo de aniversário (Laplantine, 2003, p. 96).

Assim, é correto afirmar que:

- a) O ordenamento jurídico tem base puramente biológica, pois deriva das regras naturais de convívio social que também podem ser observadas em sociedades animais.
- b) As normas jurídicas são universais e independem da cultura, uma vez que a estrutura legal é idêntica em todas as sociedades humanas.
- c) O Direito e a cultura operam de maneira independente, sendo o primeiro regido exclusivamente pela racionalidade técnica e a segunda pelo subjetivismo dos costumes.
- d) O Direito, enquanto construção cultural, se fundamenta em símbolos e rituais, como normas, leis e tribunais, que estabelecem significados compartilhados pela sociedade.

3. A Antropologia Jurídica estuda o direito a partir de uma perspectiva cultural, analisando como diferentes sociedades constroem suas normas e sistemas jurídicos. Nesse contexto, qual das alternativas abaixo melhor exemplifica a abordagem da Antropologia Jurídica?

- a) O estudo das leis e regulamentos formais de um país, considerando apenas sua interpretação literal nos tribunais.

- b) A análise da relação entre normas jurídicas e a cultura de um povo, incluindo costumes, tradições e práticas sociais que influenciam o direito.
- c) A aplicação de sanções penais conforme determinado pelo Código Penal, sem considerar aspectos socioculturais dos indivíduos envolvidos.
- d) A investigação sobre a eficácia das leis a partir de estatísticas criminais e índices de judicialização, sem considerar aspectos antropológicos.

4. Sobre o conceito de aculturação, Henrique Carnio considera que:

Daí passa-se a definir a aculturação com base em dois elementos complementares, a saber, a heterogeneidade e a dominação. A heterogeneidade das culturas que entram em contato e a dominação de uma cultura sobre a outra, em outras palavras, a aculturação pode ser considerada como um fenômeno de interação conflitual entre duas culturas (Carnio, 2020, p. 99).

Assim, é possível dizer que:

- a) no campo da análise jurídica, a aculturação pode ocasionar transformações importantes no campo das leis e dos costumes.
- b) a aculturação só é possível acontecer quando uma sociedade, de maneira consciente, aceita o processo de dominação imposta por outra cultura.
- c) a aculturação objetiva manter o padrão ocidental de normas e valores, implicando a existência de uma sociedade homogênea e justa.
- d) no campo da Antropologia Jurídica, a aculturação modifica comportamentos e valores sociais, no entanto, promove a manutenção das diversidades e a preservação das normas jurídicas de cada cultura.

5. Considere as assertivas abaixo:

**Assertiva I** - Ao refletir sobre grupos excluídos do poder e submetidos a discriminações e estigmatizações de variada natureza, estudiosos do direito utilizaram tradicionalmente o termo “minoria” (Dimoulis, 2023, p. 13).

#### PORQUE

**Assertiva II** – No contexto moderno, o termo minoria perde o sentido visto que todos os cidadãos participam das decisões políticas e escolhem as suas representações.

É possível dizer que:

- a) As assertivas I e II são verdadeiras, e II é justificativa de I.
- b) As assertivas I e II são falsas.
- c) A assertiva I é verdadeira e a assertiva II é falsa.
- d) A assertiva I é falsa e a assertiva II é verdadeira.

6. A Antropologia cultural procura discorrer, entre outras temáticas, a produção simbólica das diferenças. Nesse sentido, é correto que as diferenças:

- a) são produtos biológicos associados às marcas corporais.
- b) são produtos da cultura e vinculam-se às características intelectuais.
- c) são produtos simbólicos e estão relacionados ao campo dos conhecimentos.
- d) são produtos de marcações simbólicas estabelecidas por meio de relações sociais desiguais.

7. Sobre as afirmações identitárias, Raquel Sparemberger e Carolina Kretzmann dizem que:

As comunidades tradicionais caracterizam-se pela dependência em relação aos recursos naturais com os quais constroem seu modo de vida; pelo conhecimento aprofundado que possuem da natureza, que é transmitido de geração a geração oralmente; pela noção de território e espaço onde o grupo se reproduz social e economicamente; pela ocupação do mesmo território por várias gerações; pela importância das atividades de subsistência, mesmo que em algumas comunidades a produção de mercadorias esteja mais ou menos desenvolvida; pela importância dos símbolos, dos mitos e rituais associados às suas atividades (DIEGUES; ARRUDA, 2001) (Sparemberger; Kretzmann, 2008, p. 104-105).

Assim sendo, é correto afirmar que:

- a) é necessário incorporar as comunidades tradicionais à cultura ocidental por meio da aculturação, de modo a promover o progresso desses povos.
- b) as comunidades tradicionais são compostas a partir de tradições e valores simbólicos e sua manutenção depende da preservação de seus territórios.
- c) os povos originários perderam a sua essência ao assimilarem os valores capitalistas, transformando-se em povos híbridos.
- d) os territórios dos povos originários devem ser protegidos pelas leis, no entanto, isso deve ser realizado quando se tratar de terras improdutivas.

8. O processo histórico de formação da sociedade brasileira envolveu vários eventos históricos, destacando-se a colonização, a escravização de povos africanos, a abolição da escravatura e o surgimento da república federativa. Sobre alguns aspectos aqui mencionados, Raquel Sparemberger diz que:

A libertação de milhares de escravos a partir de 1888, sem a garantia das mínimas condições de subsistência, trouxe, da mesma forma, resultados desastrosos. A abolição da escravatura deixou a massa de libertos numa condição extremamente vulnerável, interferindo negativamente na formação socioeconômica da população negra do Brasil (Sparemberger, 2008, p. 132).

Nesse sentido, qual a alternativa correta sobre a temática?

- a) a formação desigual da sociedade brasileira foi corrigida com a constituição de 1988, que possibilitou a superação de todas as desigualdades históricas construídas a partir de marcadores simbólicos.

- b) a escravatura foi um evento histórico que envolveu apenas os povos africanos, de modo que a sua vinda para o território brasileiro foi associada à fuga dos conflitos armados do século XIX naquele continente.
- c) a desigualdade social, após a abolição da escravatura, se apresentou como marca social por meio da questão econômica, visto que perante a lei todos os sujeitos são iguais em direitos e deveres.
- d) os preconceitos e marcas simbólicas das diferenças, ainda em um contexto de abolição da escravidão, não foram superados e continuam a se reproduzir mantendo as desigualdades sociais no contexto brasileiro.

9. Com base nos estudos de gênero, analise as assertivas a seguir:

- I. A identidade de gênero é uma construção social que envolve tanto a internalização de normas quanto a agência dos indivíduos em sua vida cotidiana.
- II. Os arranjos de gênero são naturais e universais, pois decorrem diretamente das diferenças biológicas entre homens e mulheres.
- III. O gênero deve ser compreendido como uma prática política, pois está relacionado a dinâmicas de poder, reconhecimento e desigualdade.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

10. Considerando os debates sobre cultura e sobre a origem do Direito na perspectiva antropológica, analise as assertivas a seguir:

- I. A cultura é um conjunto de significados historicamente construídos, acessível à interpretação, sendo ela um mecanismo simbólico que regula o comportamento humano.
- II. A antropologia jurídica reconhece a centralidade do Estado na produção do direito em todas as sociedades, já que é a única forma legítima de organização jurídica.
- III. A análise antropológica revela que sociedades ágrafas, como as tribais, também possuem formas jurídicas próprias, ligadas a sistemas simbólicos e crenças, mesmo na ausência de codificação escrita.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

 <b>FATEB</b> <small>FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE BIRIGUI</small>			
Curso <b>BACHAREL EM DIREITO</b>	Turma/Semestre <b>1º semestre</b>	Data <b>16/06/2025</b>	
<b>Nome do aluno</b>	R.A.	<b>Nota da Avaliação</b>	
<b>Orientações</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A avaliação é individual</li> <li>- Cada questão contém apenas uma alternativa correta</li> <li>- Não é permitida nenhuma consulta</li> <li>- As respostas devem ser anotadas no cartão de respostas com caneta azul ou preta;</li> <li>- Ao final da avaliação o aluno deverá entregar o gabarito devidamente preenchido juntamente com a folha de questões</li> <li>- Não é permitido sair do local da prova antes de decorrer 90 minutos do seu início</li> </ul>		<b>AVALIAÇÃO MULTIDISCIPLINAR (SIMULADO)</b>	

<b>Disciplina</b>	<b>Metodologia da Pesquisa Científica I</b>
<b>Professor</b>	<b>Márcia Maria Aparecida Alves de Sousa</b>

<b>Gabarito de respostas</b>				
Questão	A	B	C	D
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				

---

**Assinatura do(a) acadêmico(a)**

1) Assinale a opção que apresenta a Referência Bibliográfica do livro de Ailton Krenak, conforme as normas da ABNT. (1,0)

- a) KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- b) KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- c) KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: **Companhia das Letras**, 2019.
- d) KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo:** Companhia das Letras

2) A Referência Bibliográfica do documento jurídico está correta em qual alternativa.

- a) BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.
- b) BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.
- c) BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.
- d) BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

3) Durante uma aula sobre a importância do conhecimento científico, um estudante argumentou que a única forma válida de entender fenômenos naturais é por meio de experimentos. Assinale a alternativa que melhor refuta essa afirmação, considerando outros tipos de conhecimento.

- a) O conhecimento empírico, que vem da experiência e observação do mundo ao nosso redor, também é muito importante.
- b) O conhecimento intuitivo, que vem de um sentimento, pode ser mais valioso que experimentos práticos.
- c) Existir apenas teorias abstratas sem uma base experimental não serve para compreender a natureza.
- d) O conhecimento intuitivo é, às vezes, mais acessível do que o conhecimento científico para explicar fenômenos.
- e) O conhecimento só pode ser obtido por meio de observações diretas, o que não inclui a lógica.

4) Em um debate sobre a importância dos diferentes tipos de conhecimento, um estudante afirmou que só a experiência prática conta. Assinale a alternativa que apresenta um argumento que complementa essa afirmação com um tipo de conhecimento diferente.

- a) O conhecimento teórico, que ajuda a entender conceitos e a base sobre a experiência prática.
  - b) O conhecimento prático, que reflete apenas as experiências vividas.
  - c) O conhecimento empírico, que é apenas aquilo que se vê e se vive diariamente.
  - d) O conhecimento tradicional, que passa por gerações, mas não está baseado em teorias.
- 5) Ao estudar a história da ciência, um aluno gostaria de entender como o conhecimento tradicional se relaciona com o científico. Qual das opções melhor explica essa relação?
- a) O conhecimento tradicional forma um contexto que pode ser investigado e validado pela ciência contemporânea.
  - b) O conhecimento científico é sempre superior ao conhecimento tradicional, sem necessidade de suas referências.
  - c) O conhecimento científico se desenvolve independentemente do que é aprendido na tradição familiar.
  - d) Compreender as tradições é apenas um reflexo das limitações da ciência moderna.